



# **PREFEITURA MUNICIPAL DO CONGO**

**LEI Nº. 127/2014.**

**Congo, 17 de Dezembro 2014.**

**Institui a coleta seletiva dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos da administração pública municipal, instituindo a coleta seletiva solidária e dá outras providencias.**

**O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CONGO, ESTADO DA PARAÍBA, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:**

**Art. 1º - Fica instituída a coleta seletiva de resíduos sólidos recicláveis pelos órgãos da administração pública municipal, na sua fonte geradora, de acordo com a lei nº 12.305/2010 que instituiu a Política Nacional de Resíduo Sólido.**

**Art. 2º - Fica destinado o material recolhido da coleta seletiva dos resíduos sólidos pelos órgãos públicos municipais às associações e/ou cooperativas de catadores de materiais recicláveis, legalmente constituídas e formadas por pessoas de baixa renda.**

**Parágrafo único: o município irá propiciar o incentivo a formação de Cooperativa e/ou Associação de catadores, através do processo de capacitação e organização deste segmento;**

**Art. 3º - Considera-se para fins do disposto nesta Lei:**

**I - resíduos recicláveis descartados: materiais passíveis de retorno ao seu ciclo produtivo econômico, descartados pelos órgãos da administração pública municipal, como também pelos demais municípios;**

**II - coleta seletiva solidária: coleta dos resíduos recicláveis descartados, separados na fonte geradora pelos órgãos públicos municipais e pelos municípios, para destinação às associações e/ou cooperativas de materiais recicláveis;**

**III - coleta seletiva voluntária: coleta dos resíduos recicláveis descartados pelos demais municípios, separados na fonte geradora, podendo estes serem destinados às associações e/ou cooperativas de materiais recicláveis.**

**IV - associações e/ou cooperativas: grupos auto gerenciados reconhecidos pelos órgãos municipais competentes como formados por municípios envolvidos no processo de ocupação e renda da coleta seletiva de resíduo sólido, com atuação local.**

**V - Ponto de Entrega Voluntária: pontos pré-estabelecido no município ou instituições públicas ou privadas (escolas, igrejas, empresas, associações e outras) captadores do resíduo seco reciclável, participante de modo voluntário do processo de coleta seletiva solidária.**

Rua Senador Rui Carneiro S/N Congo - PB  
CNPJ 08.870.164/0001-81 Telefone: (83) 3359-1100

**E-MAIL [pmcongo@hotmail.com](mailto:pmcongo@hotmail.com)**

*domingos A. Quintão de Sousa*  
Prefeito Constitucional



## **PREFEITURA MUNICIPAL DO CONGO**

**Art. 4º -** Estarão habilitadas a coletar os resíduos recicláveis descartados pelos órgãos da administração pública municipal as associações e/ou cooperativas de catadores de materiais recicláveis que atenderem aos seguintes requisitos:

I - estejam formal e exclusivamente constituídas por catadores de materiais recicláveis formados por pessoas de baixa renda;

II - não possuam fins econômicos;

III - possuam infraestrutura mínima para realizar a triagem e a classificação dos resíduos recicláveis descartados;

IV - apresentem o sistema de rateio entre os associados e/ou cooperados.

V- não existência de menores de 18 anos trabalhando na associação e/ou cooperativa de material reciclado.

**Parágrafo único:** Para comprovação dos incisos I, II e IV será feita mediante a apresentação do estatuto ou contrato social e dos incisos III e V, por meio de declaração das respectivas Associações e/ou Cooperativas.

**Art. 5º -** Para os efeitos desta Lei, o Poder Executivo desenvolverá campanhas informativas, elaboração de panfletos, faixas, logística de coleta, educação ambiental, usando os meios de comunicação de massa, visando à sensibilização dos munícipes acerca da importância da separação seletiva dos resíduos sólidos.

**Parágrafo único:** Fica a competência da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, dentre outras que se assim fizerem necessário nas realizações das ações educacionais e de logística da implantação da coleta seletiva de resíduo sólido no município, bem como no processo de fiscalização, avaliação e acompanhamento da lei.

**Art. 6º -** Os órgãos Administração Pública Municipal deverão implantar, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, a separação dos resíduos recicláveis descartados, na fonte geradora, destinando-os para a coleta seletiva solidária, devendo adotar as medidas necessárias ao cumprimento do disposto nesta lei.

**Art. 7º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 8º** Revogam-se as disposições em contrário.

Congo-PB, 17 de Dezembro de 2014.

  
**Romualdo Antônio Quirino de Sousa**  
Prefeito Constitucional  
Prefeito Constitucional